

Posicionamento do Observatório do Clima e da Coalizão Energia Limpa sobre o PL das Eólicas Offshore.

O Senado deve votar o PL nº 576/2021 das eólicas offshore no dia 26 de novembro. O marco regulatório, que pretende ser um dos pilares da transição energética nacional e apoiar a produção de hidrogênio verde, foi novamente cooptado pelo *lobby* do carvão mineral e do gás fóssil e não apenas mantém 4,25 GW das térmicas jabuti previstas na Lei nº 14.182/2021 como foca na extensão da vida útil de térmicas a gás da Região Sul para 2050.

O resultado de emissões é de 274,4 milhões de toneladas de CO₂ equivalente ao longo das próximas duas décadas e meia, semelhante à soma das emissões anuais do setor de transportes e da produção de combustíveis fósseis. Em outra comparação, esta escala de emissões praticamente anularia os esforços de combate ao desmatamento na Amazônia entre 2022 e 2023, que reduziram as emissões brasileiras em 386,8 milhões de toneladas de CO₂ equivalente - de acordo com dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

Além do aumento significativo das emissões no setor elétrico, as emendas jabuti inseridas no PL nº 576/2021 terão um impacto direto no aumento da conta de energia elétrica. Segundo projeções da Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE), caso essas emendas sejam aprovadas, os consumidores brasileiros serão obrigados a pagar um valor adicional que pode atingir até R\$ 658 bilhões, ou aproximadamente R\$ 25 bilhões por ano. Isso representaria um aumento de 11% na conta de luz dos brasileiros. Esse impacto econômico recairia especialmente sobre a população mais vulnerável, que já enfrenta a realidade da pobreza energética e, em muitos casos, tem de escolher entre pagar a conta de luz e comprar alimentos.

Adicionalmente, é importante destacar que o aumento no custo da energia tem efeitos em cadeia, elevando os preços finais de produtos e serviços, já que praticamente todos os setores dependem de energia para sua produção. Em outubro deste ano, o aumento no custo da eletricidade, impulsionado pelo acionamento das termelétricas, foi responsável por 40% da alta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15).

Para além das questões relacionadas aos jabutis incluídos nesse projeto de lei, cabe também comentar alguns pontos específicos aos aspectos ambientais do texto e que entendemos como importantes. Temos aqui potenciais conflitos territoriais atrelados às fazendas eólicas e a geração de valor no Brasil. A grande concentração de projetos que planejam se instalar na costa da Região Nordeste (Ceará e Rio Grande do Norte), Região Sudeste (Rio de Janeiro e Espírito Santo) e Região Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) expõe o conflito entre potencial eólico offshore com a proteção de áreas ambientalmente importantes, e áreas de pesca industrial e artesanal. A instalação de parques eólicos no mar pode alterar os ecossistemas marinhos, impactando a biodiversidade e reduzindo a disponibilidade de recursos pesqueiros. Ademais, a restrição ao acesso a áreas de pesca artesanal, devido à presença das turbinas e das zonas de

segurança ao seu redor, pode comprometer a subsistência e a economia local.

A morosidade na regulamentação das eólicas offshores impede a realização de debates fundamentais para o sucesso do seu desenvolvimento no Brasil. Um exemplo disso são as Salvaguardas Socioambientais, cuja ausência pode acarretar riscos significativos para as áreas que abrigam comunidades e atividades pesqueiras. Essas questões podem agravar a vulnerabilidade social, gerando conflitos e afetando diretamente os meios de vida de milhares de famílias que dependem da pesca artesanal.

Sem avanços na COP29 e, após o anúncio de uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, da sigla em inglês) para 2035, abaixo das expectativas dos exercícios sinalizados pelo Observatório do Clima, não há sinais positivos para as projeções energéticas, se dependermos do Governo ou do Congresso Federal.

A meta anunciada pelo governo para a NDC é um intervalo entre 850 milhões e 1,05 bilhões de toneladas de CO₂eq para 2050, bastante superior aos 642 milhões de toneladas de CO₂eq apontados como exequíveis pelo Observatório do Clima, para que o Brasil participe da contribuição da manutenção do teto de 1,5° C dentro de suas responsabilidades e possibilidades. A má notícia é que as metas setoriais ainda não foram divulgadas e não se pode avaliar se as contribuições de energia (além da matriz elétrica, de indústria e transportes) incluirão a eliminação gradual de combustíveis fósseis ou irão se esconder por detrás das metas de redução do desmatamento.

O que se pode avaliar é o recém lançado PDE 2034, aberto para consulta pública desde o último dia 08/11. O plano era aguardado com grande expectativa enquanto o primeiro plano decenal do atual governo. Neste sentido, o plano incorporou diferentes elementos-chave para alavancar a transição energética brasileira, como o aprimoramento da integração de fontes renováveis intermitentes com o apoio de hidrelétricas reversíveis, gestão de demanda e armazenamento de energia por baterias. Ainda que o crescimento de geração distribuída pudesse ser mais ambicioso, a proporção de renováveis na matriz elétrica é mantida em cerca de 90% mesmo com um crescimento de aproximadamente 40% no decênio. O plano também deixa um recado subliminar às térmicas inflexíveis, reforçando que não ajudam na eficiência e economicidade do sistema.

Por outro lado, a participação de térmicas a combustíveis fósseis ainda é mantida em patamar alto (cerca de 13 GW), apesar da saída em operação de termelétricas a óleo, a produção de gás fóssil é prevista para dobrar nos próximos dez anos. Por fim, os investimentos em óleo e gás, que poderiam compensar a carência de um calendário para a redução de combustíveis fósseis, apenas reforçaram a posição do Ministério de Minas e Energia contra o *phase out* na Consulta Pública nº 163/2024 e suas respectivas notas técnicas.

Embora o governo tenha alcançado resultados positivos na redução das emissões pelo combate ao desmatamento, a transição energética permanece estagnada em setores-chave, como o setor elétrico e o setor de combustíveis fósseis. A oportunidade de posicionar a transição energética como eixo central da descarbonização do país nas próximas décadas está sendo desperdiçada. Sem uma ação mais robusta e coordenada em

termos de políticas públicas, como a redução progressiva do uso de combustíveis fósseis, o Brasil corre o risco de não cumprir seus compromissos climáticos e de não aproveitar as vantagens econômicas e sociais da transição para uma economia de baixo carbono. É fundamental que o governo e o Congresso adotem uma postura mais proativa e responsável em relação à política energética, garantindo uma transição justa e eficiente que atenda tanto às necessidades do meio ambiente quanto da população brasileira.

Nesse sentido, enquanto os incentivos às fontes de energias poluidoras vão surgindo cada vez mais, deixa-se de investir em um planejamento adequado e em meios para estabelecer o diálogo com comunidades potencialmente afetadas, como a adoção de um Planejamento Espacial Marinho (PEM).

Por fim, ressaltamos a importância do PL considerar, em seu mérito, salvaguardas socioambientais, os direitos dos trabalhadores/as da pesca e dispositivos que possam tratar das disputas territoriais que estes projetos irão trazer ao longo da sua cadeia, abrindo para um debate mais amplo com a sociedade. Também entendemos incabível um projeto que trata de energia renovável, trazer, atrelado a si, a expansão de fontes fósseis como carvão mineral e o gás fóssil, logo a necessidade da retirada de jabutis que tratem desta possibilidade.